

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : CORREIO BRAZILIENSE

CLASS. : 217

DATA : 19 11 91

PG. : 13

Funai chama PF em defesa dos caiouá

O superintendente Regional da Funai em Ponta Porã (MS), Eudes Cardoso de Araújo, disse ontem que só uma decisão enérgica do Ministério da Justiça e a presença ostensiva de policiais federais na região de Amambai pode evitar o conflito entre os índios caiouá e fazendeiros. Na última semana, a Funai concluiu a demarcação do território indígena, mas pistoleiros armados e liderados pelo vereador de Amambai Valter Ottano, impedem que os índios entrem nas terras demarcadas.

Na Área Indígena de Jaguari (as outras duas São Ferrito e Jarará), os índios Júlio Gonzales e José Vilhalva foram expulsos e intimidados por 15 homens que os obrigaram a declarar que a Funai estava levando mais de cem índios para aquela área. O administrador regional de Amambai, Manoel Hélio Alves de Paula, assegurou ao superintendente que apenas os índios originários de Jaguari terão retorno às suas terras. Mulheres e crianças índias, familiares de Júlio

Gonzales estão sendo ameaçadas pelo vereador que disse ter mais de 60 homens à sua disposição.

Dois policiais federais já estão na área, mas a comunidade indígena está apreensiva e em estado de alerta. "Só conseguimos evitar o conflito até o momento porque Manoel Hélio e o outro funcionário da Funai, Rosalino José de Oliveira, mantêm-se ao lado dos índios impedindo que eles reajam às agressões", disse Eudes Cardoso. Segundo ele, o Ministério da Justiça precisa criar instrumentos legais imediatos para assegurar o cumprimento da Portaria nº 516, publicada no **Diário Oficial** de 11 de outubro e que garantiu a demarcação.

Expulsão — Em 1987, os caiouá foram expulsos de Jaguari pelo fazendeiro José Soares de Moraes, que adquiriu uma gleba de dois mil 640 hectares depois que a Cia. Mate Laranjeira decretou o fim de suas atividades na região. As famílias foram se abrigar na superpopulosa reserva de Amambai, sofrendo dificuldades e constrangimentos. Mesmo fora de suas terras, entretanto, elas conservam suas características sociais e políticas. Por ser área de fronteira, Jaguari ainda não foi demarcada.